



**FAPAC – FACULDADE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS
INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS PORTO LTDA.
ENFERMAGEM**

MARIA DE LOURDES SOUZA ALMEIDA

**AVALIAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE
SERVIÇOS DE SAÚDE DO ITPAC PORTO-TO**

**Porto Nacional - TO
2018**

MARIA DE LOURDES SOUZA ALMEIDA

**AVALIAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE
SERVIÇOS DE SAÚDE DO ITPAC PORTO-TO**

Artigo científico submetido ao curso de enfermagem do Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto LTDA, como requisito parcial para obtenção do título em bacharel em Enfermagem, sob a orientação do professor Me. Diogo Pedreira lima.

**Porto Nacional - TO
2018**

MARIA DE LOURDES SOUZA ALMEIDA

**AVALIAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE
SERVIÇOS DE SAÚDE DO ITPAC PORTO-TO**

Artigo científico submetido ao curso de enfermagem do Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto LTDA, como requisito parcial para obtenção do título em bacharel em Enfermagem, sob a orientação do professor Me. Diogo Pedreira Lima.

Artigo Científico apresentado e defendido em ___/___/_____ e aprovado perante a banca examinadora constituída pelos professores:

Professor Me. Diogo Pedreira Lima

Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto LTDA

Professor Me. Ângelo Ricardo Balduino

Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto LTDA

Professora. Dilce do nascimento

Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto LTDA

**Porto Nacional - TO
2018**

**AVALIAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE
SERVIÇOS DE SAÚDE DO ITPAC PORTO-TO****EVALUATION OF THE PLAN OF MANAGEMENT OF SOLID WASTE OF HEALTH
SERVICES OF ITPAC PORTO-TO**Maria de Lourdes Souza Almeida ¹Me. Diogo Pedreira lima ²

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem – Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos

² Engenheiro. Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos

RESUMO

Os Resíduos Sólidos produzidos pelos Serviços de Saúde representam um grande risco de contaminação para o meio ambiente e traz agravos para a saúde humana, sendo o correto manejo um fator com grande relevância. Assim são preconizados critérios de âmbito federal, para orientar os prestadores de serviços de saúde com procedimentos que envolvem o gerenciamento de resíduos produzidos pelos estabelecimentos, com base nas normas brasileiras vigentes e da Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 306 de 2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Uma ferramenta importante para a correta gestão de resíduos é a implementação do PGRSS, responsável para descrever ações relativas aos resíduos sólidos de serviço de saúde, observando as características e os riscos nos

estabelecimentos pelos resíduos. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo avaliar o Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviço de Saúde e a consonância para com a legislação vigente, através de um estudo qualitativo, realizado no Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto – ITPAC Porto, localizado no município de Porto Nacional, estado do Tocantins.

Palavras – chaves: Plano de gerenciamento, Resíduos sólidos, Saúde.

ABSTRACT

The solid waste produced by the Health Services poses a great risk of contamination to the environment and causes damages to human health, being the correct management a factor with great relevance. Thus, federal criteria are recommended to guide health service providers with procedures that involve the management of waste produced by establishments, based on current Brazilian standards and Resolution of the Collegiate Board of Directors RDC No. 306 of 2004 of the National Surveillance Agency Sanitary (ANVISA). An important tool for the correct management of waste is the implementation of the PGRSS, responsible for describing actions related to solid waste of health service, observing the characteristics and the risks in the establishments by the waste. Thus, the present study aims to evaluate the Health Service Waste Management Plan and the consonance with the current legislation, through a qualitative study, carried out at the Tocantinense Institute, President Antônio Carlos Porto - ITPAC Porto, located in the municipality of Porto Nacional, state of Tocantins.

Key words: Management plan. Solid wastes, Health.

1. INTRODUÇÃO

Com a crescente urbanização e industrialização, as sociedades modernas têm originado uma produção cada vez maior de resíduos sólidos.

Atualmente, atenta-se para discussões a respeito das necessidades de revisão dos processos produtivos, tanto em relação ao consumo dos recursos

escassos, quanto para geração de resíduos, devido ao alto custo da adequada destinação final dos mesmos, bem como a crescente degradação ambiental (PAVELOSKI e HAMADA, 2009). Portanto, é imprescindível que seja feito de maneira correta o manejo, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos (CONAMA, 2005). Também pode ser observado através da inovação e organizações cada vez maior de instrumentos descartáveis. Os resíduos sólidos podem ser diversos, por exemplo, atividades domiciliares, limpeza urbana, comerciais, industriais, construção civil, mineração e serviços de saúde. O último engloba os resíduos provenientes das atividades que são exercidas nos Serviços de Saúde sendo (hospitais, clínicas médicas, laboratórios de análises, farmácias, consultórios odontológicos dentre outros).

Entretanto, os resíduos dos serviços de saúde têm características particulares que necessitam de processos diferentes no seu manejo, sendo exigindo no tratamento prévio e na sua disposição final. O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde (PGRSS) é um documento, que descreve ações relativas ao manejo dos resíduos de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) - RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004, sendo as etapas a ser cumprida, MANEJO: é entendido como por gerenciar os resíduos intra e extra estabelecimento da geração até a disposição final, SEGREGAÇÃO: Consiste na separação dos resíduos no momento e local de sua geração, de acordo suas características físicas, químicas e biológicas, ACONDICIONAMENTO: Consiste em embalar os resíduos segregados, em sacos ou recipientes que evitem vazamentos e resistam a punctura e ruptura, IDENTIFICAÇÃO: e um conjunto de medidas que permite o reconhecimento dos resíduos contidos nos sacos e recipientes, fornecendo informações para o correto manejo dos RSS, TRANSPORTE INTERNO: e o traslado dos resíduos dos pontos de geração até o armazenamento temporário ou externo para a coleta, ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO: Consiste na guarda temporária dos recipientes contendo os resíduos já acondicionados, em local próximo aos pontos de geração, TRATAMENTO: técnica ou processo que modifique as características dos riscos inerentes aos resíduos, eliminando risco de contaminação no meio ambiente, ARMAZENAMENTO EXTERNO: e a guarda dos recipientes de resíduos até a realização da coleta externa, COLETA E TRANSPORTE EXTERNOS: é a remoção dos RSS resíduos até a unidade de tratamento ou disposição final, DESTINAÇÃO

FINAL: processo decisório no manejo de resíduos que inclui as etapas de tratamento e disposição final, RDC N° 306/2004. Nele os RSS são caracterizados e classificados conforme o risco que podem ocasionar ao meio ambiente, além disso, apresenta risco ocupacional dentro e fora do estabelecimento de saúde, principalmente em relação aos perfurocortantes acondicionados inadequadamente.

Assim, para minimizar os impactos gerados por esses resíduos, estabelecer diretrizes, orientar a gestão dos resíduos de serviços de saúde e promover a proteção da saúde e do meio ambiente, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) através da Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 306 de 2004 determina a necessidade do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde. Visando às intervenções com as características dos meios físicos, biológico e sócio-econômico, minimizando os impactos ambientais, pelo adequado manejo dos resíduos que são produzidos, (SCHNEIDER e STEDILE, 2015).

O PGRSS é responsável para apontar e descrever as ações relacionadas ao manejo dos resíduos de serviço de saúde, observando as características e os possíveis riscos nos estabelecimentos, tendo em vista os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, e as ações de proteção à saúde pública e do meio ambiente.

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo avaliar o Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviço de Saúde e a consonância para com a legislação vigente, através de um estudo qualitativo, realizado no Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto – ITPAC Porto, localizado no município de Porto Nacional, estado do Tocantins.

2. METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido na Faculdade FAPAC – ITPAC Porto, realizado a partir de dados coletados com estudo do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, obtido através da pesquisa de campo realizada nos meses de agosto a outubro de 2018, utilizando fontes primárias, através da aplicação do *Check List* elaborado para identificar os diferentes tipos de resíduos gerados. Após, o primeiro contato foi fundamentada a identificação do atual Plano de

Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde do ITPAC PORTO e na verificação da aplicação do plano de gerenciamento na FAPAC.

Utilizando o *Check List* após a realização das coletas, foi possível analisar a aplicação do PGRSS em conformidade com a legislação vigente e contemplar as diferentes etapas de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde abordadas na legislação pertinente, RDC nº 306 de 2004 da ANVISA.

Na primeira etapa da pesquisa, realizou-se investigação e análise do *Check List* e da aplicabilidade do PGRSS com a finalidade de verificar a coerência destes com a Legislação vigente. Foi possível também, através da pesquisa bibliográfica e documental realizada, verificar aspectos qualitativos do cumprimento das diferentes etapas do Gerenciamento de Resíduos de Saúde abordadas na Legislação pertinente, RDC nº 306 de 2004 da ANVISA, a saber: segregação, acondicionamento, identificação, transporte interno, armazenamento temporário, tratamento, armazenamento externo, disposição final, programa de avaliação e monitoramento do PGRSS.

2.1 Características do Local de Estudo

A Faculdade Presidente Antônio Carlos, com limite territorial de atuação em Porto Nacional, Estado do Tocantins, é um estabelecimento de ensino superior. Em sua estrutura há 11 blocos e dentre eles os que produzem resíduos de saúde são: Ambulatório, Laboratórios de Habilidades é o bloco PHI, os cursos são: Medicina, Enfermagem, Odontologia, Engenharia civil, Arquitetura e Urbanismo e Agronomia, atendendo um público no total de 1.868 alunos, privada, mantida pelo Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto Ltda. - ITPAC PORTO NACIONAL, pessoa jurídica de direito privado, situado à Rua 2, Qd. 7, Jardim dos Ipês, Porto Nacional - Tocantins, inscrita no CNPJ sob nº 10.261.569/0001-64, CEP: 77.500.000.

Figura -1 ITPAC PORTO



Fonte: ITPAC PORTO

3. RESULTADOS

O Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) é um documento licenciado, baseado nos princípios da RDC ANVISA nº 306 de 2004, baseado nos princípios da geração dos resíduos, que aponta e descreve, ações relativas ao manejo, no âmbito dos serviços de assistência aos pacientes, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, reciclagem, tratamento e disposição final, é proteção à saúde pública e do meio ambiente.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde foi implantado no ITPAC Porto, no ano de 2015 pelo Professor André Moreira Rocha, sendo revisado por Lima (FAPAC) em 2017 atendendo as normas e leis vigentes da diretoria colegiada, RDC 306, de 7 de dezembro de 2004 – ANVISA e a Resolução 259, de 29 de abril de 2005.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em Saúde da FAPAC Porto Nacional objetiva normas e métodos para que as atividades desenvolvidas nas dependências da FAPAC não sejam despejadas de forma que possam denigrir o meio ambiente, que não ocorra emissão indevida de resíduos que possam gerar risco à saúde dos profissionais da saúde, ensino ou pesquisa, bem como para as comunidades nos arredores.

3.1 Caracterizações dos resíduos gerados

A quantidade de resíduos de serviços de saúde produzidos nos laboratórios e ambulatórios são em média de 0,5 litro/m² (FAPAC, 2017). Na FAPAC Porto

Nacional, a geração de resíduos varia devido a oscilação de trabalho existente entre o calendário letivo e o recesso. Os resíduos gerados são dos grupos A , B, D e E, de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC ANVISA nº 306 de 2004.

Quadro 1- grupos de resíduos gerados no ITPAC-PORTO

Classificação	Local de Geração	Destino imediato	Destino final
Grupo A	Ambulatório /Sala de pequenas cirurgias	Encaminhamento	Encaminhado para segregação
	Clinica Odontológica		
	Laboratórios de Ensino		
Grupo B	Clinica Odontológica	Encaminhamento	Encaminhado para o descarte
	Laboratórios de Ensino		
	Laboratórios de Habilidades		
	DML		
Grupo C			
Grupo D	Ambulatório/Sala de pequenas cirurgias	Segregação	Casa do Lixo
	Ambulatório/ consultórios médicos		
	Clínica odontológica		
	Laboratórios de Habilidades		
	Laboratórios de Ensino		
	Salas de Aula		
	Administrativo		
Grupo E	Ambulatório/ Sala de pequenas cirurgias	Caixa de Coleta	Casa do Lixo
	Ambulatório /Consultório médicos		
	Clinica Odontológica		
	Laboratório de Habilidades		
	Laboratórios de Ensino		
Classificação dos resíduos produzidos na FAPAC Porto Nacional e seu destino.			

3.2 Gerenciamento dos resíduos de serviço de saúde

O gerenciamento dos RSS do ITPAC passa pelas etapas de: identificação, segregação, acondicionamento, coleta interna, armazenamento temporário, coleta interna, armazenamento externo, coleta externa e destinação final. Porém as etapas iniciais são segregação e acondicionamento. A classificação exige que o armazenamento venha ser adequado a cada tipo de resíduo, e devem ser mantidas de acordo as normas técnicas da RDC N° 306/2004, e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 358 de 2005. Sendo que os resíduos são separados na hora da geração de acordo seu grupo de classificação, sendo acondicionados em sacos e/ou recipientes com cores específicas.

Figura 02- diferentes tipos de resíduos: (a) perfuro cortante, (b) infectante (c) lixo comum.



Fonte: A autorad

Durante a visita na instituição houve o processo de quantificação e avaliação de cada coletor de resíduos, os mesmos, se encontravam na maior parte vazios, e a maior concentração de coletores foi localizado nos laboratórios de habilidades, e no Ambulatório, com a capacidade do acondicionamento compatível com a geração diária para cada tipo de resíduo, e os sacos plásticos dentro dos padrões de cores para cada tipo de resíduos e com resistência para que evitem vazamentos, punctura e ruptura.

3.3 Comparativos

Com as análises comparativas entre o PGRSS do ITPAC, *Check List* e a Legislação, foi possível comparar aspectos importantes entre os mesmos, mantendo a qualidade nos serviços, a FAPAC possui a 99% dos coletores, com isso os comparativos estão de acordo com as normas e resoluções vigente da ANVISA, e NBR.

Quadro 2- comparativos das normas, e cheque list.

ITENS	NBR 10.004	RDC Nº 306	ITPAC-PORTO
Coletores	Classifica a separação dos coletores quanto aos riscos e tipos de resíduos para que possa ser gerenciados adequadamente.	É o conjunto de medidas que permite o reconhecimento dos resíduos de saúde contidos e a separação dos mesmos em recipientes devidamente identificados.	Os recipientes possuem números suficientes para garantir à manutenção da área, a definição das cores dos recipientes deve obedecer aos requisitos.
Segregação	Todo resíduo de serviços de saúde deve ser segregado na fonte, conforme sua característica de risco, reconhecida pelo sistema de classificação vigente.	Consiste na separação dos resíduos no momento e local de sua geração, de acordo com as características físicas, químicas, biológicas.	A FAPAC tem coleta seletiva, com recipientes, devidamente identificada.
Armazenamento Temporário	Consiste na guarda temporária dos recipientes já acondicionados na sala de resíduos.	Consiste na guarda temporária dos recipientes contendo os resíduos já acondicionados, em local próximo aos pontos de geração.	Permiti juntar quantidades de resíduos possíveis e serem destinadas adequadamente para o armazenamento externo.
Transporte	O transporte interno dos recipientes deve ser realizado sem esforço excessivo ou risco de acidente para o trabalhador.	Consiste no traslado dos resíduos dos pontos de geração até o local para destinação final.	Consiste no recolhimento semanal de resíduos de serviços de saúde da IES, em veículo exclusivo da empresa BIOTEC.
Destinação final	Consiste na disposição de resíduos no solo, preparado e licenciado para recebê-lo.	Consiste na disposição de resíduos no solo, previamente preparado para recebê-los, obedecendo a critérios.	Atende a legislação reduzindo impactos e riscos ambientais com atividades, por meio de tratamento eco eficientes e incineração .

Fonte: autora

Após a segregação, acondicionamento e identificação são realizados o transporte interno. Etapa em que os resíduos gerados destinados para o local de

armazenamento temporário pelos funcionários da limpeza com o carrinho. No armazenamento temporário existem dois contentores onde os sacos com resíduos são colocados.

O armazenamento externo é onde os resíduos são guardados até a etapa de coleta externa pelos veículos coletores, padronizado com as normas técnicas da RDC/ANVISA, para o acondicionamento, armazenamento e coleta final adequado para cada tipo de resíduos, as paredes e pisos são lisos e laváveis, o local é iluminado e com restrição a pessoas não autorizadas.

Figura 03- armazenamento temporário



Fonte: A autora

O armazenamento externo é onde os resíduos perfurocortantes e infectantes são armazenados conforme suas classes que fica até a etapa de coleta externa pelos veículos coletores, padronizado com as normas técnicas da RDC/ANVISA, para o acondicionamento, armazenamento e coleta final adequado para cada tipo de resíduos, as paredes e pisos são lisos e laváveis, o local é iluminado e com restrição a pessoas não autorizadas. Ele apresenta acesso ruim, sem pavimentação, o que provoca muita lama e poças d'água. Os resíduos comuns possuem um abrigo específico e ficam armazenados até a hora da sua coleta. Todo padronizado, com acesso à água e iluminação artificial, não apresenta piso com sistema de drenagem.

Figura 04- (a) Armazenamento externo (b) resíduos infectante (c) resíduos comum



Fonte: A autora

O transporte consiste no traslado dos resíduos que se faz gerenciando em seus aspectos “intra e extra estabelecimento” por (Souza 8ª edição) dos pontos de geração até local destinado ao armazenamento temporário ou armazenamento externo com a finalidade de apresentação para a coleta.

O traslado é feita por empresas especializadas conforme o grupo de classificação dos resíduos NBR 7501 2005. E os resíduos biológicos, químicos e perfurocortantes são recolhidos pela empresa (BIOTEC) Tratamento E Disposição De Resíduos Perigosos. A frequência de coleta dos resíduos infectantes é diária, assim como a coleta de resíduos comuns. Já os resíduos recicláveis são coletados conforme a demanda e pode ser semanal ou quinzenal, que consiste na disposição de resíduos no solo, previamente preparado para recebê-los, obedecendo a critérios técnicos de construção e operação, e com licenciamento ambiental de acordo com a Resolução CONAMA nº. 358/2005. A disposição final e normatizada a cada tipo de resíduos, sendo que são atendidos por classe e deve abranger as normas dispensadas pelas normas técnicas da RDC/ANVISA, o aterro deve ser apropriado para o recebimento destes resíduos.

Figura 05 transporte final



Fonte: cedida pela empresa

3.5 EMPRESA RESPONSÁVEL PELA COLETA

A empresa BIOTEC faz o serviço de coleta nas unidades de saúde, após a realização da coleta, é transportada em caminhão licenciado pelo Naturatins com licença para transporte perigoso sendo levado até a empresa que fica situada no município de Paraíso do Tocantins. Onde é realizado o tratamento através de um forno incinerador com capacidade para 80 a 90 toneladas mês.

O trabalho da empresa: Coleta transporta, e faz tratamento através da incineração e a disposição final até o aterro sanitário. A empresa tem todas as licenças ambientais emitidos pelos órgãos competentes que o Naturatins e os alvarás municipais e as licenças do IBAMA e a licença para transporte interestadual de resíduos, a capacitação dos funcionários.

Figura 05 incinerador, e câmara.



Fonte: cedida pela empresa

4. DISCUSSÕES

A segregação dos resíduos no ITPAC encontra-se em conformidade, estabelecido na legislação e no PGRSS. A segregação incorreta dos resíduos pode provocar grande excesso de resíduos nas lixeiras. Em grande parte das salas cirúrgicas visitadas, as lixeiras estavam abaixo da sua capacidade. Destaca-se pontos positivos no PGRSS do ITPAC Porto, que buscou enfatizar com o PGRSS uma ferramenta fundamental para aprimorar a gestão dos resíduos de serviço de saúde com as diretrizes, estratégias e metas.

Para a pesquisa foi preciso fornecer um diagnóstico oferecendo atos normativos de menor complexidade, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (SANTAELLA ET. AL. 2014). Com o *Check List* é contemplado todas as etapas de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde, abordadas na legislação da RDC nº 306 de 2004 da ANVISA: segregação, acondicionamento, identificação, transporte interno, armazenamento temporário, tratamento, armazenamento externo, coleta e transporte externo, disposição final. A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA, Lei nº 6.938/1981), considerada a lei ambiental brasileira mais importante, instituiu regras para preservação da natureza (SANTAELLA ET. AL. 2014).

O transporte interno, feito com carrinho preconizado, está de acordo com o que estabelece a legislação. Porém, todos os resíduos de diferentes grupos de classificação são transportados juntos e os sacos são empilhados, podendo ocasionar quedas de alguns sacos durante o transporte, estando em desacordo com o que é estabelecido pela legislação.

Outro fator que está em desacordo estabelecido pela lei é a parte do abrigo externo dos resíduos. Apresentando acesso ruim, sem pavimentação, o que provoca muita lama e poças d'água quando chove. Os resíduos comuns possuem um abrigo específico e ficam armazenados até a hora da sua coleta.

De maneira geral, a aplicação do PGRSS na FAPAC ITPAC Porto, possui algumas falhas no transporte interno. Entretanto, o conteúdo do Plano de Gerenciamento apresenta dentro dos parâmetros da legislação. Sendo uma ferramenta de fundamental importância para aprimorar a gestão dos Resíduos de Serviço de Saúde que proporciona responsabilidade ambiental, para prevenir riscos relacionados aos resíduos.

A partir dos estudos e análises comparativos entre o PGRSS, *Check List* e a Legislação, foi possível compreender aspectos importantes tais como a necessidade

de manter uma coerência e sintonia entre os mesmos para manter a qualidade nos serviços prestados pela FAPAC. Verificou-se que as atividades realizadas na IES atendem o que preconiza a legislação vigente, entretanto sabe-se que sempre é possível ampliar e redimensionar ações para melhorias no Instituto.

5. CONCLUSÃO

Este estudo analisou a aplicação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde na FAPAC PORTO.

Inicialmente, caracterizou-se na identificação dos diferentes tipos de resíduos gerados. Após essas etapas estudou-se o atual Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde e foi analisada a sua composição em relação à legislação vigente, bem como a sua aplicação por meio de um *Check List*. Com essas etapas foi possível analisar a aplicação do PGRSS no ITPAC Porto. Assim, com algumas não conformidades com a legislação vigente, foram propostas algumas recomendações para o PGRSS a fim de adequá-lo às normas e proporcionar o melhor gerenciamento e controle dos resíduos gerados; de acordo com essas considerações observadas, conclui-se que os objetivos propostos para este trabalho foram atingidos satisfatoriamente.

A quantidade de Resíduos de Serviços de Saúde, produzidos nos Laboratórios e Ambulatórios é em torno de 0,5 litros/m². A partir dos dados comparativos, foi constatado que as lixeiras encontravam-se com índice inferior da capacidade preconizada pela Legislação Vigente, sendo possível compreender os aspectos necessários para manter de forma coerente a qualidade nos serviços prestados na FAPAC.

Após aplicação do *Check List* e no estudo do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde do ITPAC PORTO, detectou-se que há inadequações, no gerenciamento sendo na segregação e transporte interno. É interessante sensibilizar os profissionais para a temática dos resíduos de serviço de saúde, incluindo o conhecimento do PGRSS da faculdade.

> Adequação da coleta interna;

> Coletar os resíduos separados conforme cada grupo de classificação, durante a coleta interna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004: Resíduos sólidos – Classificação**. Rio de Janeiro, 2004. 1, 2 P.

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA **RDC/ANVISA nº 306 de 7 de dezembro 2004** Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7501. Transporte Terrestre de Resíduos Sólidos e Produtos Perigosos**. DOU, Brasília, p. 614-621, mai. 2005.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RDC nº 306, de 07 de dezembro de 2004. **Regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde**. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2004.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **RESOLUÇÃO CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005**. Publicada no DOU no 84, de 4 de maio de 2005, Seção 1, páginas 63-65.

LIMA, D. P. **Implantação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos gerados na FAPAC ITPAC-Porto**. Porto Nacional, 2017. 61 p.

PAVELOSK, E.M.; HAMADA. J. **Segregação dos Resíduos de Serviços de Saúde como Processo de Produção Mais Limpa: Estudo de Caso da 7ª Região de Administrativa do Estado de São**

RIO, R. B. **Cartilha do PGRSS – Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde**. Rio de Janeiro, 2006. 23 p.

SCHNEIDER V, E; STEDILE N. L. R. Resíduos de serviços de saúde: um olhar interdisciplinar sobre o fenômeno: 3. ed., ampl. e atual. EducS – Caxias do Sul, 2015.

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002, Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso da atribuição que lhe confere.

Sandra T. Santaella et al. Fortaleza: sólidos Resíduos e a atual política ambiental brasileira. / UFC / LABOMAR / NAVE, 2014.232 p.: il. color.; 22 cm. (Coleção Habitat, v. 7) p.63

Dantas Mônica de Souza et al . PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE 8ª Edição / 2018.

